



Dezembro/2014

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ

Concurso Público para provimento de cargos de Analista Judiciário - Área Apoio Especializado Especialidade: Revisão de Texto

Nome do Candidato

Caderno de Prova '18', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA OBJETIVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
- Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Noções de Direito Constitucional**

1. Segundo o *caput* do art. 1º da Constituição brasileira de 1988: *A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito [...]*.

Considerando o dispositivo constitucional transcrito, é correto afirmar que

- (A) os Municípios e o Distrito Federal são entes federados, assim como os Estados.
- (B) a União não é um ente federado.
- (C) o Direito Constitucional brasileiro acolhe o direito de secessão.
- (D) o sistema de governo adotado é o democrático.
- (E) a forma de Estado adotada é a republicana.

2. Segundo o inciso XXXII do art. 5º da Constituição Federal, *o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor.*

Trata-se de norma constitucional

- (A) de aplicabilidade imediata e eficácia plena.
- (B) de eficácia limitada.
- (C) de aplicabilidade imediata e eficácia restringível.
- (D) autoexecutável.
- (E) bastante em si.

3. É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

- (A) a lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato que depende de autorização do Poder Público na forma da lei, inclusive no que se refere ao registro no órgão competente.
- (B) é permitida a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.
- (C) a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, desde que não exista contribuição análoga prevista em lei para a categoria.
- (D) o aposentado filiado não tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.
- (E) é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

4. As idades mínimas de: dezoito anos, vinte e um anos; e trinta anos são condições de elegibilidade, respectivamente, para

- (A) Vereador, Deputado Federal e Presidente da República.
- (B) Vereador, juiz de paz e Governador de Estado.
- (C) Vereador, Deputado Federal e Senador.
- (D) Deputado Estadual, Prefeito e Presidente da República.
- (E) Deputado Estadual, Prefeito e Senador.

5. A exploração, direta ou mediante autorização, permissão ou concessão, dos portos marítimos, fluviais e lacustres compete

- (A) à União, apenas.
- (B) aos Estados, apenas.
- (C) à União e aos Estados, apenas.
- (D) à União, aos Estados e aos Municípios, apenas.
- (E) à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

6. A fixação do subsídio mensal dos Desembargadores do Tribunal de Justiça como limite remuneratório único para os servidores públicos estaduais, mediante emenda à Constituição estadual, seria

- (A) inconstitucional por vício formal.
- (B) inconstitucional por vício material.
- (C) inconstitucional por vício formal e por vício material.
- (D) constitucional, desde que observasse o limite constitucional aplicável.
- (E) constitucional, desde que proposta pelo Tribunal de Justiça.

7. A teor do art. 70 da Constituição Federal: *Prestará contas qualquer pessoa ...I..., que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre ...II... ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumam obrigações de natureza pecuniária.*

Completam, correta e respectivamente, as lacunas I e II:

- (A) *jurídica pública – dinheiros e bens públicos*
- (B) *física ou jurídica, pública ou privada – bens e valores públicos*
- (C) *física ou jurídica, pública ou privada – dinheiros e bens públicos*
- (D) *jurídica pública – bens e valores públicos*
- (E) *física ou jurídica, pública ou privada – dinheiros, bens e valores públicos*

8. Nos termos da Constituição Federal, compete privativamente ao Presidente da República:

- I. declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas.
- II. decretar, total ou parcialmente, a mobilização nacional, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas.
- III. celebrar a paz, independentemente de autorização ou referendo do Congresso Nacional.

Está correto o que consta em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.



9. Na estrutura do Poder Judiciário brasileiro há um Tribunal
- (A) Regional do Trabalho em cada Estado.
- (B) Regional Federal em cada uma das cinco Regiões brasileiras.
- (C) Regional Eleitoral em cada uma das cinco Regiões brasileiras.
- (D) de Justiça organizado e mantido pela União para o Distrito Federal e Territórios.
- (E) de Justiça Militar em cada Estado da Federação com mais de duzentos mil habitantes.

10. A teor do art. 134 da Constituição Federal: *A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos ...I... e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos ...II., de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal.*

Completam, correta e respectivamente, as lacunas I e II:

- (A) *humanos* - *individuais e sociais*
- (B) *humanos* - *individuais, coletivos e sociais*
- (C) *humanos* - *individuais e coletivos*
- (D) *fundamentais* - *individuais e coletivos*
- (E) *fundamentais* - *individuais, coletivos e sociais*

Noções de Direito Administrativo

11. Sobre os princípios que limitam e informam a atuação da Administração pública, considere:

- I. O princípio da legalidade estabelece os precisos limites da atuação da Administração pública, não podendo ser invocado para proteger direitos dos administrados.
- II. A observância do princípio da impessoalidade visa a garantir que a Administração pública não atue para prejudicar ou beneficiar determinados administrados.
- III. O princípio da supremacia do interesse público prevalece sobre os demais princípios, pois toda a atuação da Administração pública deve priorizar o atendimento do interesse público.

Está correto o que consta em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) III, apenas.

12. Considere o seguinte conceito de autoria de Maria Sylvia Zanella di Pietro: *toda atividade material que a lei atribui ao Estado para que exerça diretamente ou por meio de seus delegados, com o objetivo de satisfazer concretamente às necessidades coletivas, sob regime jurídico total ou parcialmente público.* (Direito Administrativo. São Paulo, Atlas, 25ª ed., p. 106).

A autora está se referindo ao instituto do direito administrativo denominado

- (A) serviço público, sendo correto afirmar que nem toda atividade de interesse público pode ser enquadrada no conceito da autora.
- (B) ato administrativo material, que autoriza a delegação de competências a terceiros autorizados pela lei.
- (C) serviço público, cujo elemento formal exige a prestação direta da atividade pelo Poder público.
- (D) ato administrativo dotado do atributo da imperatividade, cuja finalidade é o atendimento das necessidades coletivas.
- (E) serviço público em sentido amplo, que abrange todas as atividades e atos praticados pela Administração pública no atendimento do interesse público.

13. À Administração pública são conferidos poderes para bem desempenhar suas funções, dentre os quais se destacam o poder disciplinar e o poder hierárquico. Sobre eles, é correto afirmar que

- (A) o poder disciplinar prefere ao poder hierárquico, porque pressupõe a aplicação de sanções.
- (B) o poder hierárquico independe de vínculo de subordinação, aplicando-se horizontalmente.
- (C) o poder disciplinar não exige, necessariamente, vínculo hierárquico para sua incidência e aplicação.
- (D) o poder hierárquico prevalece sobre o poder disciplinar, tendo em vista que permite a aplicação de penalidades mais rigorosas.
- (E) ambos pressupõem a existência de vínculo estatutário ou celetista para que seja possível sua aplicação, não se estendendo a particulares que não integrem a estrutura da Administração.

14. Quando se afirma que determinado ato administrativo regularmente editado e válido é dotado do atributo da autoexecutoriedade, significa que

- (A) seu cumprimento é obrigatório, constituindo expressão do poder de império da Administração, o que obsta questionamentos por parte dos administrados.
- (B) sua execução somente pode ser questionada na esfera judicial, vedado o estabelecimento de contraditório na esfera administrativa.
- (C) a Administração pública o editou com base em ato normativo de competência do Executivo, diante da ausência de previsão legal a respeito do assunto.
- (D) sua execução material pode ser colocada em prática pela própria Administração pública, independentemente de prévia autorização ou determinação judicial.
- (E) sua exigibilidade decorre do próprio ato, ressalvada a execução material, que depende de prévia provocação do Poder Judiciário.



15. O exercício das funções executivas abrange prerrogativas e sujeições, sendo característica da atuação da Administração pública a discricionariedade que pode predicar seus atos. Essa atuação discricionária
- (A) pode ser exercida em variados graus e medidas, desde que esteja integralmente descrita na legislação vigente.
 - (B) somente pode ser desfeita no âmbito administrativo, cabendo ao administrado interessado pleitear a instauração de processo administrativo com essa finalidade.
 - (C) leva em consideração aspectos de conveniência e oportunidade, o que afasta a possibilidade de existência de ilegalidades que permitam a anulação pela Administração.
 - (D) admite revogação diante de vícios de ilegalidade, imoralidade, inconveniência e ineficiência.
 - (E) deve encontrar fundamento na legislação vigente, devendo a Administração pública considerar a aplicação dos princípios administrativos na condução e escolha das opções identificadas como possíveis.
16. As hipóteses de inexigibilidade e de dispensa constantes da Lei de Licitações (Lei nº 8.666/1993) afastam a necessidade ou a obrigatoriedade da realização do certame, configurando exemplo de uma dessas possibilidades:
- (A) Aquisição de determinadas marcas de produtos de cunho técnico de engenharia e informática, em razão das comprovadas necessidades específicas da Administração pública.
 - (B) Contratação, com inexigibilidade de licitação, de serviços de engenharia, desde que o prestador do serviço seja renomado, sua capacidade seja consagrada pela crítica e bem avaliada pelos institutos técnicos do setor.
 - (C) Contratação com dispensa de licitação, de organizações sociais no âmbito da esfera de governo que assim as qualificou, para prestar serviços constantes dos contratos de gestão.
 - (D) Aquisição de bens e serviços por escopo, sem que se caracterize a continuidade da necessidade do objeto do contrato, quando ficar demonstrado que haverá inequívoca vantagem financeira para a Administração.
 - (E) Contratação de obras e serviços de engenharia que também apresentem cunho artístico, desde que seu autor seja consagrado e que o valor da contratação não ultrapasse o limite legalmente fixado para as tomadas de preços.
17. Pode-se conceituar a licitação, em termos gerais, como procedimento realizado pela Administração pública para seleção da proposta mais vantajosa para a celebração de um contrato cuja necessidade tenha sido demonstrada. Levando-se em conta esses aspectos genéricos, é correto afirmar que a
- (A) licitação deve ser sempre realizada pelo tipo menor preço, com vistas ao atendimento da finalidade legal de seleção da proposta mais vantajosa.
 - (B) licitação deve ser norteada por princípios metacontratuais, ou seja, que se destinam ao atingimento de padrões de desenvolvimento que derogam o critério do menor preço, não envolvendo análise financeira.
 - (C) objetividade e a isonomia que devem ser preconizadas no procedimento de licitação não admitem análises que se refiram a outros parâmetros que não de preço, tais como promoção do desenvolvimento sustentável.
 - (D) promoção do desenvolvimento nacional sustentável foi expressamente introduzido na legislação como tipo de licitação, cabendo a opção por esse critério por ocasião da publicação do edital.
 - (E) objetividade e isonomia que permeiam o procedimento de licitação não impedem que o certame se apresente como propulsor do desenvolvimento nacional sustentável.
18. Determinado órgão público celebrou contrato de locação de imóvel para instalar sua repartição em Tartarugalzinho. O locador exigiu que o prazo de vigência fosse fixado em 60 (sessenta) meses, na forma do que dispõe a legislação civil aplicável. O administrador, contudo, inicialmente não acatou o pedido, recordando-se da norma contida na Lei nº 8.666/93 que limita a duração dos contratos à vigência dos créditos orçamentários. A preocupação do administrador, invocando a referida norma,
- (A) procede, tendo em vista que os contratos celebrados pela Administração pública não podem exceder a vigência dos créditos orçamentários.
 - (B) não procede, na medida em que a lei de licitações excepcionou as locações da incidência da norma que limita o prazo de vigência dos contratos.
 - (C) não procede, sendo necessário, todavia, prévia e expressa autorização normativa para a aprovação de prazo superior ao estabelecido pela Lei nº 8.666/93.
 - (D) procede, tendo em vista que os contratos administrativos não podem exceder o exercício e a vigência dos respectivos créditos orçamentários, salvo diante da demonstração de interesse público e da inexistência de prejuízo.
 - (E) não procede, tendo em vista que se trata de contrato administrativo de execução continuada, para os quais não se aplica a limitação de vigência à qual aludiu o administrador.
19. Diante da assunção de nova gestão ao Governo Estadual, foi regularmente criada uma Secretaria de Estado voltada as questões de natureza agrária e fundiária, com vistas, em especial, ao equacionamento de conflitos. Para composição do quadro de servidores que atuarão no órgão, a Administração pública, considerando as alternativas juridicamente possíveis,
- (A) poderá constituir o órgão integralmente por cargos de confiança em comissão, de livre nomeação e exoneração, independentemente da natureza das atividades a serem desenvolvidas.
 - (B) poderá realizar concurso público para provimento de cargos comissionados ou empregos públicos.
 - (C) deverá realizar concurso público para provimento de servidores públicos estatutários em cargos efetivos.
 - (D) deverá realizar concurso público para seleção de empregados estatutários, submetidos a regime próprio de previdência.
 - (E) poderá realizar concurso para provimento de cargos efetivos, reduzindo-se o período de estágio probatório em razão de se tratar de órgão novo.
20. Joaquim é diretor de uma empreiteira, tendo sido apurado em regular investigação que ele vinha gratificando servidores públicos para obtenção de informações privilegiadas que viabilizavam o sucesso da empresa nas licitações das quais participava. Diante desse quadro, especificamente no que se refere à atuação de Joaquim,
- (A) pode haver responsabilização por ato de improbidade, independentemente de imputação em outras esferas, tendo em vista que se equipara a agente público para os fins legais.
 - (B) pode haver responsabilização por infração penal que, pela gravidade, absorve todos os demais ilícitos praticados.
 - (C) não pode haver responsabilização por ato de improbidade, tendo em vista que seu cargo não se equipara a agente público para fins legais, não obstante possa haver imputação de ilícito em outras esferas.
 - (D) não pode ser responsabilizado, na medida em que somente a servidores públicos pode ser imputada a prática de ato de improbidade, durante o desenvolvimento de procedimentos regidos pelo direito público.
 - (E) pode haver responsabilização por improbidade que, se procedente, vinculará a condenação em todas as demais esferas.



Resolução nº 006/2003 – TJAP

21. A Secção Única e a Câmara Única fazem parte da organização e funcionamento do Tribunal de Justiça do Amapá – TJAP e são presididas pelo
- (A) Presidente do Tribunal ou, na sua ausência, pelo Desembargador mais antigo entre os presentes, havendo quórum.
- (B) Vice-Presidente do Tribunal ou, na sua ausência, pelo Desembargador mais antigo entre os presentes, havendo quórum.
- (C) Corregedor-Geral do Tribunal ou, na sua ausência, pelo Desembargador mais antigo entre os presentes, havendo quórum.
- (D) Presidente do Conselho da Magistratura do Tribunal ou, na sua ausência, pelo Desembargador mais antigo entre os presentes, havendo quórum.
- (E) Presidente do Conselho Superior dos Juizados Especiais ou, na sua ausência, pelo Desembargador mais antigo entre os presentes, havendo quórum.
-
22. O Presidente, o Vice-Presidente e o Corregedor-Geral são escolhidos mediante eleição pela maioria dos membros do TJAP. É regra atinente a essa eleição,
- (A) a designação de três escrutinadores, que executarão esta função até o final da eleição.
- (B) a realização de sucessivas eleições, no caso de empate, até que haja um vencedor eleito.
- (C) votação aberta, na forma prevista no Regimento Interno do TJAP.
- (D) aceitação obrigatória do cargo, salvo se houver recusa manifestada e aceita antes da eleição.
- (E) mandato de dois anos, permitida recondução ou reeleição para período imediatamente subsequente.
-
23. A competência para processar e julgar, originariamente, mandado de segurança e *habeas data*, quando a autoridade informante for Juiz de Direito, é
- (A) do Plenário do Tribunal.
- (B) da Câmara Única do Tribunal.
- (C) da Secção Única do Tribunal.
- (D) do Presidente do Tribunal.
- (E) do Corregedor-Geral do Tribunal.
-
24. Após o exame do processo pelo relator e lançado o relatório nos autos, haverá revisão por outro Desembargador. Essa fase NÃO ocorre no caso de
- (A) questão de ordem.
- (B) revisão criminal.
- (C) embargos infringentes.
- (D) apelação cível.
- (E) ação rescisória.

25. Na ocorrência de inexistência de norma regulamentadora estadual ou municipal de qualquer dos Poderes, inclusive na Administração indireta, que torne inviável o exercício de direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, caberá
- (A) suscitação de conflito de competência.
- (B) mandado de segurança.
- (C) *habeas data*.
- (D) ação rescisória.
- (E) mandado de injunção.

Noções de Informática

26. Considere o texto abaixo.

Justiça do Amapá alcança resultado máximo de produtividade de acordo com o “Relatório Justiça em Números 2014” do CNJ.

Macapá, 24 de setembro de 2014

O Tribunal de Justiça do Amapá alcançou 100% de desempenho no Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus). O índice foi criado pelo CNJ para comparar a produtividade de tribunais de um mesmo porte.

(<http://www.tjap.jus.br/portal/>)

Considere que um especialista em taquigrafia, usando o Microsoft Word 2010 em português, precisa colocar o título do texto em negrito, porém, o *mouse* parou de funcionar e não há tempo hábil para solucionar o problema. Nesta circunstância, o especialista em taquigrafia posicionou o cursor à esquerda da primeira letra do título utilizando as setas de direção do teclado, segurou a tecla **...I** e pressionou a seta de direção do teclado para a direita até selecionar todo o título. Para colocá-lo em negrito, pressionou a combinação de teclas **...II**.

As lacunas **I** e **II** são preenchidas, correta e respectivamente, por

- (A) Alt e Ctrl + N.
- (B) Shift e Ctrl + B.
- (C) Ctrl e Shift + N.
- (D) Shift e Ctrl + N.
- (E) Ctrl e Ctrl + Shift + B.
-
27. Um especialista em taquigrafia utiliza um computador com sistema operacional Windows e com o Microsoft Word instalado, ambos em português. Após concluir a digitação de um texto no Word, clicou no menu “Arquivo” e na opção “Salvar como”. No campo “Nome do arquivo” da janela que apareceu, o especialista digitou o seguinte nome válido para salvar o arquivo:
- (A) Relatório-10-10-2014 - 10:30h.
- (B) Relatório_Mensal_10-10-2014.
- (C) Relatório-Gastos\Ganhos.
- (D) Vendas|mês.
- (E) Documento-10/10/2014.



28. Considere os seguintes dados de gratificação para cargos em comissão, retirados do portal do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá (<http://www.tjap.jus.br/portal/tabelas-de-vencimento.html>):

NÍVEL-VENCIMENTO-%-REPRESENTAÇÃO-GAJ 100%-TOTAL

CDSJ01 - 4.112,30 - 173 - 7.114,28 - 4.112,30 - 15.338,87

CDSJ02 - 3.701,10 - 163 - 6.032,79 - 3.701,10 - 13.434,99

CDSJ03 - 2.960,94 - 153 - 4.530,23 - 2.960,94 - 9.768,33

Após selecionar os dados e realizar um procedimento no Microsoft Word 2010 em português, eles foram apresentados da seguinte forma:

NÍVEL	VENCIMENTO	%	REPRESENTAÇÃO	GAJ 100%	TOTAL
CDSJ01	4.112,30	173	7.114,28	4.112,30	15.338,87
CDSJ02	3.701,10	163	6.032,79	3.701,10	13.434,99
CDSJ03	2.960,94	153	4.530,23	2.960,94	9.768,33

O procedimento realizado foi clicar na guia

- (A) "Inserir", na opção "Tabela", na opção "Converter Texto em tabela...", e no botão "OK".
- (B) "Formatar", na opção "Dados", na opção "Converter dados em tabela...", e no botão "OK".
- (C) "Página Inicial", na opção "Formatar", na opção "Dados", na opção "Gerar Tabela", e no botão "OK".
- (D) "Exibição", na opção "Dados", na opção "Exibir como tabela...", e no botão "OK".
- (E) "Página Inicial", na opção "Tabela", na opção "Gerar tabela a partir dos dados...", e no botão "Ok".
-
29. No Microsoft Word 2010 em português, quando uma pessoa clica na guia (ou menu) "Arquivo" e na opção "Imprimir", aparecem opções para definir várias configurações. Dentre as opções, sem clicar no *link* "Propriedades da impressora" ou "Configurar Página", é possível escolher:

- I. As margens da página.
- II. Se o documento será impresso colorido ou preto e branco.
- III. A orientação do documento (retrato ou paisagem).
- IV. O tamanho do papel.

As opções corretas de escolha são as que constam APENAS em

- (A) IV.
- (B) I, III e IV.
- (C) II e IV.
- (D) I e II.
- (E) III e IV.
-
30. Um usuário utiliza com frequência, em seus textos, uma palavra que não é reconhecida como correta pelo Microsoft Word 2010 em português, mas que existe no idioma. Sempre que este usuário utiliza a ferramenta "Ortografia e Gramática" do Word em seus textos, esta palavra é encontrada e o Word oferece sugestões de modificação, atrapalhando o processo de verificação ortográfica.

Para que a palavra possa ser reconhecida pelo Word no atual e em outros documentos, na janela "Verificar ortografia e gramática", o usuário deve selecionar a opção

- (A) "Reconhecer palavra".
- (B) "Ignorar tudo".
- (C) "Incluir na biblioteca".
- (D) "Nunca verificar".
- (E) "Adicionar ao dicionário".

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

Atenção: O texto abaixo refere-se às questões de números 31 a 34.

No que concerne ao sujeito de direito, atentemos para o aspecto comercial a ele relacionado, como descrito por Alysson Leandro Mascaro: "O sujeito de direito é considerado, desde o começo do capitalismo, como aquele que pode portar direitos e deveres, isto é, aquele que é proprietário, detém bens, faz circular mercadorias e serviços, estabelece contratos, vincula-se à sua declaração de vontade. [...] O capitalismo explora não só a venda dos objetos, mas também faz da ação dos homens um mercado, o mercado de trabalho. O sujeito de direito é tanto o burguês que compra a força de trabalho quanto o trabalhador que a vende."

31. A citação acima pode ser corretamente referida, no corpo do texto, de acordo com a NBR 10520, imediatamente após o nome do autor citado ou logo após se fecharem as aspas. Essas duas possibilidades encontram-se, respectivamente, em

- (A) (2010, p. 92, grifo do original) / (A. L. MASCARO, 2010, p. 92, grifo do original)
- (B) (MASCARO, 2010, p. 92) / (MASCARO, 2010, p. 92; grifo nosso)
- (C) (Mascaro; 2010; p. 92) / (Mascaro; 2010; p. 92)
- (D) (2010, p. 92, grifo nosso) / (MASCARO, 2010, p. 92, grifo nosso)
- (E) (MASCARO: p. 92, grifo do original) / (MASCARO: p. 92, grifo do original)

32. Caso se disponha a referência no rodapé da página, de acordo com a NBR 10520, a primeira menção desta obra está apresentada corretamente em

- (A) A. L. Mascaro, **Introdução ao estudo do direito**, São Paulo, Editora Atlas S.A., p. 92, 2011.
- (B) A. L. MASCARO (2011). **Introdução ao estudo do direito**. São Paulo, Editora Atlas S.A., p. 92.
- (C) MASCARO, Alysson Leandro. **Introdução ao estudo do direito**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2011, p. 92.
- (D) MASCARO, Alysson Leandro, **Introdução ao estudo do direito**, São Paulo, Editora Atlas S.A., 2011, p. 92.
- (E) A. L. Mascaro (2011). **Introdução ao estudo do direito**. São Paulo: Editora Atlas S.A., p. 92, 2011.

33. Caso a mesma página da obra deva ser referida na nota de rodapé imediatamente posterior, de acordo com a NBR 10520, a referência correta será

- (A) MASCARO, loc. cit.
- (B) Idem, ibidem, p. 92.
- (C) Opus citatum, p. 92.
- (D) Ibidem, loc. cit.
- (E) MASCARO, ibidem, p. 92.

34. A respeito da pontuação do texto, considere as frases abaixo.

- I. A vírgula imediatamente após "mercado" pode ser corretamente substituída por dois-pontos, uma vez que a ela se segue uma explicação.
- II. Pode-se isolar com vírgulas o segmento "da ação dos homens", sem prejuízo para a correção e o sentido da frase.
- III. Após os dois-pontos, podem-se substituir corretamente as aspas por travessão, visto que, neste caso, trata-se de sinais equivalentes.

Está correto APENAS o que se afirma em

- (A) II e III.
- (B) I e II.
- (C) II.
- (D) III.
- (E) I e III.

35. Em conformidade com a NBR 6023, a correta sequência e apresentação dos elementos de uma referência bibliográfica de texto consultado na internet pode ser encontrada em:

- (A) MALIN, Mauro. **Mídia e pensamento**. 2013. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br>>
- (B) MALIN, Mauro. **Mídia e pensamento**. 2013. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/>
- (C) MALIN, Mauro. **Mídia e pensamento**. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br>. Acesso em: 12 jul. 2013.
- (D) MALIN, Mauro. **Mídia e pensamento**. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br>>. Acesso em: 12 jul. 2013.
- (E) MALIN, Mauro. **Mídia e pensamento**. Acesso em 12 jul. 2013. Disponível em <http://observatoriodaimprensa.com.br>.



36. Em referências a legislação, a alternativa que contém todos os elementos essenciais dispostos na ordem correta, em consonância com a NBR 6023, encontra-se em
- (A) BRASIL. **Medida provisória nº 1.225-7**, de 12 de maio de 1990. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, Seção 1, p. 215, 15 maio 1990.
 - (B) **MEDIDA provisória nº 1.225-7**, de 12 de maio de 1990. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, Poder Executivo, 15 maio 1990, Seção 1, 215 p.
 - (C) MEDIDA provisória nº 1.225-7, de 12 de maio de 1990. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 maio 1990. Seção 1, p. 215.
 - (D) BRASIL. Medida provisória nº 1.225-7, de 12 de maio de 1990. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, Seção 1, 215 p., 15 maio 1990.
 - (E) BRASIL. Medida provisória nº 1.225-7, de 12 de maio de 1990. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 maio 1990. Seção 1, p. 215.

37. De acordo com as regras descritas na NBR 6032, a alternativa que apresenta a correta abreviação do título do periódico correspondente é
- (A) *Revista de Informação Legislativa / R. Inf. legisl.*
 - (B) *Revista de Ciências Jurídicas / R. Cis. Jurs.*
 - (C) *Revista de Direito Público e Regulação / Rev. Dir. públ. e Reg.*
 - (D) *Revista de Direito do Trabalho / Rev. Dir. trab.*
 - (E) *Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais / R. dir. banc. e merc. capt.*

38. Em uma comunicação oficial de um juiz federal, o vocativo adequado ao presidente do Supremo Tribunal Federal e o advérbio adequado ao fecho da comunicação devem ser, respectivamente:
- (A) Senhor Juiz / Atenciosamente
 - (B) Excelentíssimo senhor / Atenciosamente
 - (C) Eminentíssimo senhor / Respeitosamente
 - (D) Eminentíssimo senhor / Cordialmente
 - (E) Excelentíssimo senhor / Respeitosamente

39. O período redigido com correção gramatical, propriedade vocabular e coerência encontra-se em:
- (A) À guisa de conclusão, é mister que se cumpram as devidas exigências do mandado de segurança – que, impetrado contra a Prefeitura de Araruama, com base na Lei nº 11.512, passou a vigor em 12 de outubro de 2013 – garante direito líquido e certo à empresa Plásticos S.A.
 - (B) A guisa de conclusão que é mister sejam cumpridas as devidas exigências do mandato de segurança, que impetrado contra a Prefeitura de Araruama, com base na Lei nº 11.512, que passou a vigor em 12 de outubro de 2013, garante direito líquido e certo à empresa Plásticos S.A.
 - (C) À guisa de conclusão, é mister que se cumpram as devidas exigências do mandado de segurança que – impetrado contra a Prefeitura de Araruama, com base na Lei nº 11.512, que passou a vigor em 12 de outubro de 2013 – garante direito líquido e certo à empresa Plásticos S.A.
 - (D) A guisa de conclusão, é mister cumpram-se as devidas exigências do mandado de segurança que, impetrado contra a Prefeitura de Araruama, com base na Lei nº 11.512, que passou a vigor em 12 de outubro de 2013 garante, direito líquido e certo, à empresa Plásticos S.A.
 - (E) À guisa de conclusão, é mister serem cumpridas as devidas exigências do mandato de segurança, que impetrado contra a Prefeitura de Araruama, com base na Lei nº 11.512, passou a vigor em 12 de outubro de 2013 e garante direito líquido e certo à empresa Plásticos S.A.

40. Considere o trecho a seguir, de V. O. Batista *et al.*, disponível na *Revista Jurídica*, p. 5.

Na segunda metade do século XX, a dignidade passa a ser considerada o valor fundamental e norteador dos diversos ordenamentos jurídicos e de suas instituições, constituindo uma espécie de valor absoluto, exercendo papel essencial na fundamentação e legitimação do Estado Democrático de Direito.

Mantendo-se a coerência e, em linhas gerais, o sentido da frase acima, podem-se substituir os elementos grifados respectivamente por:

- (A) de modo que constitui / não obstante exerça
- (B) de maneira a constituir / a ponto de exercer
- (C) ainda que constitua / para que exerça
- (D) porque constitui / posto que exerce
- (E) com vistas a constituir / como exercesse



Atenção: Considere o texto abaixo, retirado do livro **O valor do amanhã**, de Eduardo Gianetti, para responder às questões de números 41 a 43.

1 *Tudo o que vive habita o aqui-e-agora. O aqui, entretanto, não nos confina da mesma forma que o agora. No espaço podemos nos deslocar – a passo de lesma ou na velocidade do som – com razoável desenvoltura. O mesmo não se pode dizer do agora. Ao contrário do espaço, que permite ir e voltar, a dimensão tempo se impõe como um fluxo sem retorno. O agora é um instante que, ao ser nomeado, já não é. Ele não para nem volta – simplesmente segue adiante. A imagem das*
5 *águas de um rio em movimento, sugerida pelo filósofo pré-socrático Heráclito, capta admiravelmente essa realidade: “Não se consegue pisar duas vezes no mesmo rio, pois as águas estão sempre fluindo à frente”. No espaço vamos (ou não) para lá e para cá; no tempo, numa só direção. O presente foge, o passado é irrecobrável, e o futuro, incerto.*

A fantasia da viagem no tempo intriga e fascina, mas não leva a lugar algum. O agora é um animal distinto do aqui e que não se deixa domesticar com a mesma facilidade que ele. Embora útil na ficção científica, na lógica simbólica e na
10 *medição do tempo, a espacialização do tempo não faz jus à realidade do fenômeno.*

41. A análise do texto permite afirmar que

- (A) o autor desenvolve sua argumentação por meio da técnica de apresentar fatos dos quais irá discordar, para, então, defender sua opinião pessoal.
- (B) a partir da linguagem predominantemente denotativa, cuja função é tornar termos complexos mais acessíveis, infere-se que o texto dedica-se a fins didáticos.
- (C) o emprego dos verbos no presente do indicativo coaduna-se com o propósito de conferir teor de verdade atemporal aos argumentos do texto que, por sua vez, estrutura-se com base em uma comparação.
- (D) o uso da primeira pessoa do plural observado no primeiro parágrafo confere pessoalidade ao texto, impossibilitando o leitor de classificá-lo como pertencente à esfera científica.
- (E) a linguagem técnica do texto, notadamente restrita ao campo filosófico, dificulta o seu entendimento, limitando, assim, seus possíveis interlocutores.

42. O aqui, entretanto, não nos confina da mesma forma que o agora.

A conjunção sublinhada acima estabelece, no contexto, noção de

- (A) finalidade.
- (B) concessão.
- (C) causa.
- (D) adversão.
- (E) temporalidade.

43. Considerando-se o contexto, afirma-se corretamente:

- (A) Sem que se faça nenhuma outra alteração na frase, o sinal indicativo de crase em *sempre fluindo à frente* (linha 6) deverá ser mantido caso se substitua “frente” por “adiante”.
- (B) Os travessões (linha 2) podem ser substituídos por vírgulas sem prejuízo da correção gramatical.
- (C) O segmento *não faz jus* (linha 10) pode ser substituído por “deixa de conceder”.
- (D) Substituindo-se o segmento sublinhado em *mas não leva a lugar algum* (linha 8) por “nenhuma consequência”, o sinal indicativo de crase deverá ser empregado.
- (E) Os elementos sublinhados em *que não se deixa domesticar com a mesma facilidade que ele* (linha 9) referem-se, respectivamente, a “agora” e “aqui”.



Atenção: Considere o texto abaixo, retirado de **Grande sertão: veredas**, de João Guimarães Rosa, para responder às questões de números 44 a 47.

1 *Mas eu não sabia ler. Então meu padrinho teve uma decisão: me enviou para o Currálinho, para ter escola e morar em casa de um amigo dele, Nhô Marôto. (...) Lá eu não carecia de trabalhar de forma nenhuma, porque padrinho Selorico Mendes acertava com Nhô Marôto de pagar todo fim de ano o assentamento da tença e impêndio, até de botina e roupa que eu precisasse. Eu comia muito, a despesa não era pequena, e sempre gostava do bom e do melhor. A ser que, alguma*
5 *vez, Nhô Marôto me pedia um ou outro serviço, usando muito bico de palavreado, me agradando e dizendo que estimava como um favor. (...) Vai, acontece, ele me disse: – Baldo, você carecia mesmo de estudar e tirar carta-de-doutor, porque para cuidar do trivial você jeito não tem. Isso que ele me disse me impressionou, que de seguida formei em pergunta, ao Mestre Lucas. Ele me olhou, um tempo – era homem de tão justa regra e de tão visível correto parecer, que não poupava ninguém: às vezes teve dia de dar em todos os meninos com a palmatória; e mesmo assim nenhum de nós não tinha raiva*
10 *dele. Assim Mestre Lucas me respondeu: – É certo. Mas o mais certo de tudo é que um professor de mão-cheia você dava... E, desde o começo do segundo ano, ele me determinou de ajudar no corrido da instrução, eu explicava aos meninos menores as letras e a tabuada.*

44. O elemento que introduz uma oração subordinada adverbial consecutiva está sublinhado em:

- (A) para ter escola e morar em casa de um amigo dele... (linha 1)
- (B) porque padrinho Selorico Mendes acertava... (linha 2)
- (C) que estimava como um favor. (linha 5)
- (D) que um professor de mão-cheia você dava... (linha 10)
- (E) que não poupava ninguém. (linha 8)

45. Depreende-se do desenrolar dos acontecimentos narrados que a personagem Baldo vivencia um período de

- (A) convivência com atos ilícitos, privado que está de familiares e de um contexto social conhecido.
- (B) desamparo, em que, longe da casa da família, estava sujeito a afrontas físicas e verbais.
- (C) abundância, quando, no Currálinho, passa de um contexto de miséria a um de fartura.
- (D) formação, em que passa de um indivíduo que não sabia ler a ajudante de professor.
- (E) superação, já que havia sido forçado a estudar, o que faz com árdua dificuldade cognitiva.

46. Considerando as relações de sentido estabelecidas no texto, afirma-se corretamente:

- (A) O elemento sublinhado em e mesmo assim nenhum de nós não tinha raiva dele pode ser substituído por “apesar disso”. (linha 9)
- (B) Uma expressão alternativa para usando muito bico de palavreado é: “usando palavras capciosas para ludibriar”. (linha 5)
- (C) O elemento sublinhado em Então meu padrinho tem o mesmo valor semântico de “conquanto”. (linha 1)
- (D) O verbo “carecer” está empregado com acepções distintas em eu não carecia de trabalhar (linha 2) e você carecia mesmo de estudar. (linha 6)
- (E) Os elementos sublinhados em me enviou para o Currálinho... / para ter escola... expressam, respectivamente, finalidade e intenção. (linha 1)

47. para ter escola

explicava aos meninos menores as letras e a tabuada.

dar em todos os meninos com a palmatória

Fazendo-se as alterações necessárias, os elementos sublinhados acima foram corretamente substituídos por um pronome em:

- (A) a ter - lhes explicava - dá-los
- (B) ter-lhe - explicava-os - dá-los
- (C) tê-la - explicava-lhes - dar-lhes
- (D) tê-la - os explicava - lhes dar
- (E) ter-lhe - explicava-lhes - dar-lhe



Atenção: Considere o texto abaixo, retirado do livro **Texto/Contexto II**, de Anatol Rosenfeld, para responder às questões de números 48 a 58.

- 1 *É de 1796 o famoso esboço de um novo sistema filosófico proveniente do círculo de três amigos (Fichte, Hölderlin e Schelling). Transcrito por Hegel, o conteúdo geralmente é atribuído a Schelling. Este, porém, se baseava, ao que tudo indica, em ideias de Hölderlin. Comum aos três, era a glorificação entusiasmada da Revolução Francesa, assim como a oposição veemente a todo tipo de despotismo, fato que se exprime no tom anárquico do documento, no qual pregam a*
- 5 *abolição do Estado. Este, como mecanismo, transforma homens livres em peças de engrenagem. Ao contrário dos amigos, Hölderlin permaneceu leal aos ideais da juventude, não como anarquista, mas, senão tampouco como jacobino radical, ao menos como republicano fervoroso, o que era na Alemanha absolutista de então uma posição decididamente subversiva. A sacralização crescente de Hölderlin e a omissão da historiografia literária alemã acadêmica fizeram do poeta, no primeiro caso, o arauto evidente de um brumoso Reich mítico e, no segundo caso, um suave sonhador apolítico, acondicionado no*
- 10 *algodão do destino, quando hoje se sabe, mormente graças à pesquisa francesa, que a política era constante paixão e problema de sua vida, marcando profundamente a sua obra: os seus deuses não podem ser dissociados da realidade social e política. De um modo lapidar, Hölderlin exprimiu isso nestes versos: "Aprenda na vida a arte, na arte aprenda a vida / Vendo certo uma, verás a outra também".*

48. Infere-se corretamente do texto que

- (A) o poeta Hölderlin permaneceu fiel a seus ideais revolucionários anarquistas mesmo na idade madura.
(B) os poetas Fichte e Schelling abandonaram os ideais subversivos da juventude, o que não ocorre com Hölderlin.
(C) o autor interpreta a obra de Hölderlin como desconectada do contexto político da época.
(D) a maturidade fez com que Hölderlin deixasse de visar à transformação da ordem estabelecida.
(E) a historiografia alemã, ao contrário da francesa, tende a descontextualizar autores e obras.

49. *Este, como mecanismo, transforma homens livres em peças de engrenagem.*

Considerando-se o contexto e sem que nenhuma outra alteração seja feita, o verbo da frase acima pode ser corretamente empregado no

- (A) futuro do pretérito.
(B) presente do subjuntivo.
(C) futuro composto do indicativo.
(D) pretérito imperfeito do subjuntivo.
(E) gerúndio.

50. *Este, como mecanismo, transforma homens livres em peças de engrenagem.* (linha 5)

... no primeiro caso, o arauto evidente de um brumoso Reich mítico... (linhas 8 e 9)

... e, no segundo caso, um suave sonhador... (linha 9)

Os itens sublinhados acima referem-se, respectivamente, a:

- (A) *tom anárquico – o arauto evidente de um brumoso Reich mítico – um suave sonhador apolítico*
(B) *documento – a omissão da historiografia literária alemã acadêmica – A sacralização crescente de Hölderlin*
(C) *Estado – A sacralização crescente de Hölderlin – a omissão da historiografia literária alemã acadêmica*
(D) *Estado – o arauto evidente de um brumoso Reich mítico – a omissão da historiografia literária alemã acadêmica*
(E) *tom anárquico – o arauto evidente de um brumoso Reich mítico – na Alemanha absolutista de então*

51. No contexto, identifica-se uma causa e seu efeito, respectivamente, em:

- (A) *Ao contrário dos amigos / Hölderlin permaneceu leal aos ideais da juventude* (linhas 5 e 6)
(B) *assim como a oposição veemente a todo tipo de despotismo / fato que se exprime no tom anárquico do documento* (linhas 3 e 4)
(C) *É de 1796 o famoso esboço de um novo sistema filosófico / proveniente do círculo de três amigos* (linha 1)
(D) *graças à pesquisa francesa / hoje se sabe que a política era constante paixão e problema de sua vida.* (linha 10)
(E) *o conteúdo geralmente é atribuído a Schelling / Transcrito por Hegel* (linha 2)



52. Considerando-se o contexto, mantêm-se a correção e o sentido substituindo-se o elemento sublinhado pelo que está entre parênteses em:

- (A) ... ao menos como republicano fervoroso... (salvo)
- (B) ... assim como a oposição veemente... (bem que)
- (C) ...mas, senão tampouco como jacobino radical... (a não ser)
- (D) ... na Alemanha absolutista de então... (a época)
- (E) ... quando hoje se sabe, mormente... (sobretudo)

53. A substituição de um termo que, no contexto, não traz prejuízo para o sentido original encontra-se em:

- (A) *veemente* = vultuosa (linha 4)
- (B) *arauto* = precursor (linha 9)
- (C) *apolítico* = apologista (linha 9)
- (D) *brumoso* = alvorecente (linha 9)
- (E) *despotismo* = soberania (linha 4)

54. O elemento sublinhado que justifica a flexão do verbo em negrito está em:

- (A) ... quando hoje se **sabe**, mormente graças à pesquisa francesa, que a política... (linha 10)
- (B) ... como mecanismo, **transforma** homens livres... (linha 5)
- (C) *Este, porém*, se baseava... (linha 2)
- (D) *Comum aos três*, **era** a glorificação entusiasmada da Revolução Francesa... (linha 3)
- (E) ... fato que se **exprime** no tom anárquico do documento, no qual pregam a abolição do Estado. (linha 4)

55. As normas de concordância estão plenamente respeitadas no seguinte segmento reescrito do texto:

- (A) Não pode ser dissociado os seus deuses da realidade social e política.
- (B) O conteúdo, que foi transcrito por Hegel, costuma ser atribuído a Schelling.
- (C) A política, paixão e problema constantes de sua vida, marcam profundamente a sua obra.
- (D) O famoso início de uma obra, um novo sistema filosófico, o qual se originou de três amigos, datam dos anos de 1796.
- (E) O pensamento de Schelling, acredita-se, tinham as ideias de Hölderlin como base.

56. Identifica-se linguagem **conotativa** no que se encontra transcrito em:

- (A) ... uma posição **decididamente subversiva**.
- (B) **É de 1796 o famoso esboço de um novo sistema filosófico**...
- (C) ... **aconicionado no algodão do destino**...
- (D) ... a **omissão da historiografia literária alemã acadêmica**...
- (E) **Hölderlin permaneceu leal aos ideais da juventude**...

57. Atente para o que se afirma abaixo.

- I. O pronome destacado em *De um modo lapidar, Hölderlin exprimiu **isso** nestes versos*... refere-se ao fato de que os seus deuses não podem ser dissociados da realidade social e política.
- II. Sem prejuízo para o sentido, o segmento *De um modo lapidar* pode ser substituído por: Provisoriamente.
- III. A vírgula adicionada ao se reescrever o verso de Hölderlin (linhas 12 e 13) marca a elipse do verbo "aprender": "Aprenda na vida a arte, na arte, a vida".

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III.
- (B) II e III.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) II.



58. Está inteiramente correta e coesa a **redação** da frase que se encontra em:
- (A) O romance de Hölderlin conclui com palavras muito citadas, as quais demonstram a profunda afinidade que tinha com Heráclito, visível na estrutura tripartida de seus poemas, análogo ao triádico de tese, antítese e síntese.
- (B) Seria, evidentemente, um equívoco, supor que a poesia de Hölderlin tivesse sido moldada, simplesmente, segundo, este, ou outro projeto filosófico, que sua obra era singular, incomparável.
- (C) A obra madura de Hölderlin, seja os poemas quanto também o romance *Hyperion*, giram em torno da presença ou ausência dos deuses, da plenitude e do vazio, da dissociação ou alienação.
- (D) Na sua maturidade, para Hölderlin os deuses deixam de ser um ornamento alegórico que passam a exprimir um ser realista; ademais, o divino aparece em seus romances por meio da mediação de uma personagem fictícia.
- (E) Conquanto Hölderlin não pertencesse nem ao classicismo, nem ao romantismo alemães, vivendo à margem das escolas, a sua problemática se nutria de temas fundamentais do período clássico romântico da literatura germânica.

Atenção: Considere o poema abaixo para responder às questões de números 59 e 60.

*Uma palavra se abre
 Como um sabre –
 Pode ferir homens armados
 Com sílabas de farpa
 Depois se cala –
 Mas onde ela caiu
 Quem se salvou dirá
 No dia de desfile
 Que algum Irmão de armas
 Parou de respirar*
 (Emily Dickinson. Trad. Augusto de Campos)

59. Analisando-se o poema, afirma-se corretamente:
- (A) O elemento sublinhado em Que algum Irmão de armas é um pronome com função de sujeito.
- (B) O termo “onde” pode ser substituído, sem prejuízo para a correção e o sentido, por “em que”.
- (C) O elemento sublinhado em Quem se salvou dirá é um pronome com função de predicativo do sujeito.
- (D) No poema, há comparação e prosopopeia, figura em que se emprestam características humanas a seres inanimados.
- (E) O segmento *algum Irmão de armas / parou de respirar* pode ser transposto para a voz passiva.
60. Uma redação alternativa, em prosa, para o poema, em que se respeitam as regras de pontuação, está em:
- (A) Uma palavra pode ferir homens armados com sílabas de farpa: abre-se, como um sabre, depois se cala. Mas onde ela caiu quem se salvou dirá, que algum Irmão de armas, no dia de desfile, parou de respirar.
- (B) Como um sabre, uma palavra se abre; pode ferir homens armados, com sílabas de farpa, depois se cala. Mas, onde ela caiu quem se salvou dirá, no dia de desfile, que algum Irmão de armas, parou de respirar.
- (C) Uma palavra se abre como um sabre: pode ferir homens armados com sílabas de farpa (depois se cala). Mas onde ela caiu, quem se salvou, dirá, no dia de desfile que algum Irmão de armas parou de respirar.
- (D) Como um sabre, uma palavra se abre: pode ferir homens armados com sílabas de farpa, depois se cala. Mas quem se salvou onde ela caiu, dirá (no dia de desfile), que algum Irmão de armas parou de respirar.
- (E) Uma palavra se abre, como um sabre: pode ferir homens armados com sílabas de farpa. Depois se cala. Mas quem se salvou, onde ela caiu, dirá que algum Irmão de armas, no dia de desfile, parou de respirar.